

CAPITALISMO LATINO-AMERICANO EM QUESTÃO: AS ABORDAGENS DE RUY MAURO MARINI E CELSO FURTADO SOBRE DEPENDÊNCIA E SUBDESENVOLVIMENTO

LATIN AMERICAN CAPITALISM IN QUESTION: THE APPROACHES OF RUY MAURO MARINI AND CELSO FURTADO ON DEPENDENCE AND UNDERDEVELOPMENT

Gabriel Rolemberg Serwy

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro e Brasil
gabrielrolemberg93@gmail.com | orcid.org/0000-0002-0314-614X

Resumo

O subdesenvolvimento da América Latina é tema de longa data que atravessa os debates das ciências sociais latino-americanas. Várias das mais importantes perspectivas inscritas entre aqueles preocupados com o tema utilizam-se do referencial teórico da dependência. Neste trabalho, resgata-se as abordagens da dependência de Ruy Mauro Marini e Celso Furtado, com o objetivo de iluminar aspectos que, devido ao seu caráter estrutural, servem à reflexão sobre o subdesenvolvimento contemporâneo e suas consequências sociais nefastas que sobrevivem na atualidade. Para tanto, o artigo é dividido em dois momentos: inicialmente, apresenta-se uma análise em separado da interpretação da dependência dos autores. Em seguida, parte-se para uma abordagem comparativa dos aspectos teórico-metodológicos e da caracterização, da dinâmica e dos desdobramentos da dependência em suas obras.

Palavras-chave: dependência (44); subdesenvolvimento (17); desenvolvimento (18); economia política, América Latina (26); Brasil (10)

Resumen

El subdesarrollo de América Latina es un tema de larga data que atraviesa los debates de las ciencias sociales latinoamericanas. Varias de las perspectivas más importantes inscritas entre los interesados en el tema utilizan el marco teórico de la dependencia. En esta obra se rescatan los enfoques de dependencia de Ruy Mauro Marini y Celso Furtado, con el objetivo de iluminar aspectos que, por su carácter estructural, sirven a la reflexión sobre el subdesarrollo contemporáneo y sus consecuencias sociales nocivas que sobreviven hoy en día. Con este fin, el artículo se divide en dos momentos: inicialmente, se presenta un análisis separado de la interpretación de la dependencia de los autores. A continuación, partimos de una

A R T I G O



aproximación comparativa de los aspectos teórico-metodológicos y la caracterización, dinámica y despliegue de la dependencia en sus obras.

Palabras clave: dependencia (44); subdesarrollo (17); desarrollo (18); economía política, América Latina (26); Brasil (10)

Introdução

O pensamento social e econômico da América Latina (AL) se distinguiu, ao longo de sua história, pela sua originalidade na identificação das problemáticas centrais da região e no seu tratamento, como o subdesenvolvimento e a exclusão social que marcam profundamente nossa história. É possível afirmar que as teorias formuladas em torno da noção, conceito ou categoria (a depender do caso) da dependência constituem um dos grandes esforços teóricos de analisar os dilemas latino-americanos com um olhar próprio e original. Surgidas a partir de uma fase crítica da teoria cepalina do subdesenvolvimento e da crise de experiências latino-americanas de industrialização por substituição de importações, as perspectivas dependentistas se expandiram e conquistaram projeção regional e internacional nas décadas de 1960 e 1970, quando, ao final desta última, a liderança liberal-conservadora na redemocratização dos países da região, num ambiente sócio-político de crise do socialismo (MARTINS, 2011) levam a sua marginalização.

Trataremos aqui de algumas das principais semelhanças e particularidades das leituras da dependência de dois autores – Ruy Mauro Marini e Celso Furtado. Estes autores produziram obras de grande relevância para o pensamento econômico e social brasileiro e latino-americano. Elas apontam elementos estruturais para a explicação do subdesenvolvimento da América Latina: determinantes que se reproduzem no processo histórico da região a partir de sua inserção no mercado internacional e que indicam, para além da superfície da conjuntura e de modelos apriorísticos e a-históricos, aspectos da lógica própria da dinâmica dessas formações econômico-sociais responsáveis pela perpetuação do seu subdesenvolvimento. Essa característica garante a essas formulações importante atualidade, na medida em que iluminam tendências que se reproduzem sob novas formas no capitalismo

latino-americano contemporâneo, caracterizado – apesar da diversidade entre diferentes economias da região – pela financeirização e pela especialização produtiva regressiva na divisão internacional do trabalho. Embora com diferenças marcantes em relação à dinâmica capitalista da época em que as obras clássicas da dependência foram produzidas – nas décadas de 1960 e 1970 – as formações econômico-sociais da nossa época ainda convivem com o subdesenvolvimento, expresso, entre outros aspectos, na exclusão social, nas desigualdades e na precarização da vida das maiorias sociais, relacionados diretamente com a inserção subordinada da região na economia mundial. Daí se justifica o resgate teórico do presente trabalho.

Na análise comparativa que fazemos nas próximas seções descrevemos alguns dos elementos principais das interpretações desenvolvidas por eles, primeiro separadamente, para logo depois comparar alguns de seus principais elementos. O objetivo, aqui, é trazer à tona categorias e conceitos com alto poder explicativo da realidade social e política brasileira, a partir dos quais se produzem novas investigações¹ sobre o funcionamento do capitalismo dependente no Brasil.

1. Ruy Mauro Marini e a tese da superexploração da força de trabalho

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) foi uma das principais vertentes dentre as leituras que trabalharam com a categoria da dependência e contou com Ruy Mauro Marini como um de seus principais expoentes. As contribuições da obra de Marini nascem como um contraponto às visões mecanicistas dos partidos comunistas vinculados à Terceira Internacional e às teorias estruturalistas da Cepal (MARINI, 2011a, 2011b, 2011c) para responder à questão do subdesenvolvimento – suas origens, sua dinâmica e sua forma de superação – e são de ordens diversas, entre elas as de caráter político. Destacamos aqui suas formulações engendradas com rigor e crítica a partir da teoria marxista do valor, a tese da superexploração da força de trabalho como elemento fundamental da relação de dependência entre a América Latina e os

países centrais e a proposição do rompimento com o modo de produção capitalista como via de superação da dependência, e, conseqüentemente, do subdesenvolvimento.

2. Marini e o marxismo “não-dogmático”

A interpretação sócio-histórica do subdesenvolvimento na AL à luz das categorias marxistas foi, por certo tempo, realizada nas teses defendidas pelos partidos comunistas da região de forma mecanicista e alheia à necessidade de contraposição entre diversos níveis de abstração, diante de um objeto localizado em um nível mais concreto que aquele para os quais essas categorias foram inicialmente pensadas. No Brasil, essas abordagens costumam considerar como problemas urgentes a serem combatidos para a superação do subdesenvolvimento as relações de produção “feudais” ou “pré-capitalistas” e o imperialismo. Diante de uma situação histórica incompleta, seria necessário aprofundar o desenvolvimento das forças de produção dentro dos marcos de um capitalismo sob bases nacionais antes de lutar pelas transformações que levariam ao socialismo. Esse aprofundamento, devido às características das oligarquias locais, deveria ser perseguido com a aliança dos trabalhadores e da burguesia nacional contra o latifúndio feudal e o imperialismo (MAZZEO, 2015; BIELSCHOWSKY, 2004).

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) rompe com o esquema tradicional de interpretação dos partidos comunistas sobre o subdesenvolvimento, buscando mediar de maneira original algumas categorias centrais da teoria de Marx à realidade latino-americana. A perspectiva de Marini conta com essa nova postura, contrária ao “dogmatismo” que, como coloca o autor, ao utilizar categorias de forma a “mistificar” ou “substituir” os fenômenos reais a que se aplicam, limitam o próprio processo de investigação (MARINI, 2011a, p. 133).

Por outro lado, este autor defende que o “dogmatismo” oriundo da aplicação não ponderada de categorias não pode desembocar em um “ecletismo” pouco rigoroso conceitualmente e metodologicamente. Esses são os dois principais “desvios” que Marini observa e critica nas análises marxistas:

a negação da realidade e a do próprio marxismo. A negação da realidade se refere à aplicação mecânica e alheia à dialética de categorias marxistas. A negação do próprio marxismo ocorre com o subterfúgio em outros enfoques teóricos e metodológicos que terminam por não garantir um instrumental sólido e preciso para a análise da realidade. São esses equívocos teóricos e conceituais que, ao não conseguirem adequar o instrumental marxista às particularidades latino-americanas, levam às noções de pré-capitalismo na região.

O etapismo das análises marxistas “dogmáticas” é posto em xeque como solução à suposta insuficiência e deformação das relações capitalistas na AL. Não se pode localizar o caráter das relações de produção das sociedades latino-americanas industriais em uma mesma posição histórica pretérita e já ultrapassada pelas economias capitalistas “avançadas”, dentro de um *continuum* universal que supõe o desenvolvimento unívoco das relações de produção em diferentes contextos sociais e históricos. As relações capitalistas da América Latina devem ser analisadas do ponto de vista do contexto global marcadamente capitalista na qual ela se insere e para o qual seu desenvolvimento se volta, situação muito diversa daquela enfrentada pelas economias “clássicas” no passado. Marini advoga como solução conceitual e metodológica um marxismo “ortodoxo” e “não dogmático”, rigoroso na utilização das categorias marxistas a partir de seus determinantes gerais e sempre segundo o método dialético, que considera as contradições e sínteses insurgentes ao aproximá-las da realidade concreta¹.

2.1 A consolidação da divisão internacional do trabalho e a dependência

¹ Pode-se dizer que a categoria da *superexploração da força de trabalho* – central na contribuição de Marini para os estudos da dependência - é um retrato fiel do compromisso metodológico “ortodoxo” e “não-dogmático” em sua teoria. Essa categoria, descrita em mais detalhes na próxima sessão, é formulada a partir da situação particular da América Latina de inserção no mercado mundial, em meio a qual ocorrem transferências de valor em sua desvantagem, o que faz com que a região, por um lado, engendre padrões de reprodução do capital baseados na maior exploração do trabalhador como dinâmica de uma circulação do capital na qual o consumo dos trabalhadores não entra como momento fundamental. Por outro, que a América Latina dê uma contribuição fundamental ao deslocamento inicial nos países centrais do eixo de acumulação capitalista da produção de mais-valor absoluto para mais-valor relativo, por meio do barateamento de produtos agropecuários e matérias-primas no comércio internacional. O que se observa aqui é que Marini, partindo de categorias gerais do capitalismo reproduzidas na teoria marxista – como a de mais-valor relativo e absoluto e a de realização do capital – chega a formulações originais e particulares ao processo histórico latino-americano. Soluciona, dessa maneira, o mecanicismo que tanto se fez presente em muitas das teses marxistas originais sobre nossa região.

A situação de dependência em Marini se estabelece historicamente e se explica pela consolidação da divisão internacional do trabalho no momento do surgimento da grande indústria e da articulação dos países da América Latina aos países centrais, sobretudo à metrópole inglesa, para a qual, em função de seus requerimentos, passam a produzir e exportar bens primários em troca de manufaturas.

Mas de que maneira a divisão internacional do trabalho consolidada no Século XIX dá origem à formação de uma situação de dependência? Marini aprofunda, nesse ponto, a função e os desdobramentos da inserção da América Latina no mercado mundial. Em primeiro lugar, aponta para o papel que a especialização da região na exportação de alimentos e matérias-primas cumpre, como contrapartida, para a especialização produtiva da indústria no capitalismo central. O crescimento desta última, com o incremento da classe operária e da população urbana em geral, supôs disponibilidade de produtos primários no mercado internacional para importação. A grande quantidade de meios de subsistência ofertados pela América Latina cumpriu um papel histórico essencial na especialização que a grande indústria demandava. Caso tivessem de contar com a produção interna de bens agrícolas, esse processo se veria fortemente obstaculizado. Por outro lado, como se verá na próxima sessão, o comércio internacional entre países industriais e primário-exportadores a certa altura se conforma de maneira desigual e desvantajosa para a América Latina, gerando uma situação em que a acumulação latino-americana cresce fundamentalmente com a extensão da jornada de trabalho, aumento da intensidade do trabalho e/ou redução de sua remuneração abaixo do necessário à reprodução da força de trabalho em condições normais, ao contrário do que acontece com as economias industriais, nas quais o eixo de acumulação passa a depender cada vez mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho. Essa é a contradição fundamental, a essência da dependência latino-americana, que seguirá se reproduzindo sob novas formas com as transformações na divisão internacional do trabalho e a industrialização latino-americana, como veremos a seguir.

2.2 A dinâmica da dependência: troca desigual, superexploração, e separação entre esferas de circulação

Marini defende que a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo dependente deve ser analisada partindo da circulação de mercadorias vinculada ao mercado mundial, prosseguindo para sua produção e seus impactos sobre a organização interna do trabalho e recolocando, sob outros termos, o problema da circulação. Isso se dá, sobretudo, pelo próprio processo histórico de inserção dos países e regiões dependentes no capitalismo: essa inserção ocorre por meio do papel inicial das regiões dependentes de satisfazer o mercado mundial. É a partir da dinâmica do mercado mundial que se engendram, então, os processos produtivos no interior da economia dependente. O autor apresenta, dessa forma, sua análise sobre o comércio desigual internacional, partindo dele para interpretar as causas e desdobramentos do fenômeno de superexploração da força de trabalho na América Latina. Em seguida, analisa como esses elementos consolidados no período primário-exportador contribuem para condicionar a forma como a esfera da circulação se constitui com a internalização da produção industrial.

Em seu ensaio “Sobre a dialética da dependência” (MARINI, 2011b), produzido em resposta às críticas ao clássico “Dialética da dependência” (MARINI, 2011a), Marini interpreta a ascensão dos termos de troca da América Latina até a década de 1870 e sua posterior e progressiva queda da taxa média de lucro a partir de então. Até essa década, a menor composição orgânica do capital nos países latino-americanos haveria permitido uma participação maior destes no valor global do comércio internacional, enquanto forçava os países industriais, de maior composição orgânica, a investirem no aumento de sua capacidade produtiva como forma de rebaixar o valor individual de suas mercadorias em relação ao valor médio, e assim usufruírem de uma parte maior do valor realizado (de forma semelhante ao que acontece, em Marx, com os investimentos em capacidade produtiva pelos capitalistas individuais). Por outro lado, a elevação da demanda por matérias-primas e alimentos pelos países industriais não levou a um aumento de produtividade nas economias exportadoras da América Latina, mas a um aumento da exploração intensiva e

extensiva da força de trabalho². Essa tendência se manteve até a década de 1870, quando as exportações de capital para as economias dependentes, buscando lucros mais elevados, conduzem por fim ao estabelecimento de uma taxa de lucro média e do preço de produção das mercadorias.

Nesse novo momento, estabelece-se plenamente o mecanismo de apropriação do valor produzido nas economias dependentes pelas economias centrais, a partir da diferença entre o preço de produção e seus valores individuais, decorrente dos seus diferenciais de produtividade, e do virtual monopólio na produção de alguns valores de uso pelas últimas, que torna possível também a apropriação via aumento relativo dos preços de mercado³. Ocorre, dessa maneira, uma “transferência gratuita” de valor dos países menos produtivos aos mais produtivos. Agrega-se a esta tendência a presença crescente do capital estrangeiro no financiamento, comercialização e produção dos países dependentes, o que leva a consolidação de transferências de valor sob diversas formas para os países centrais.

Seguindo com a apreensão das categorias marxistas em sua expressão particular às formações econômico-sociais latino-americanas, Marini aponta como a queda dos preços relativos de produtos primários exportados pela América Latina contribui para que os capitalistas das economias industriais contornem a tendência à queda da taxa de lucro inerente ao avanço da reprodução ampliada do capital, por meio do barateamento de seus custos com capital variável e capital constante. Se assim o é nas economias centrais; nas dependentes, assume outra forma a contraposição a essa mesma tendência, qual seja: as condições próprias às formações econômico-sociais da América Latina possibilitam que os capitalistas busquem remediar suas perdas no comércio internacional com a intensificação da exploração do trabalho. Esse é o desdobramento central da relação de dependência. É a partir dele que Marini desenvolve a categoria de *superexploração da força de trabalho*, talvez o mais

² Há diferença entre o aumento de produtividade e o aumento da intensidade do trabalho, embora “seja fenômeno difícil de ser captado a nível de dados globais”, como o próprio Marini reconhece (MARINI, 1978). Como explica Luce (2018, p. 189), “enquanto o aumento de produtividade implica que o trabalho executado pelo trabalhador transforme maior quantidade de meios de produção no mesmo tempo, mo aumento de intensidade há extração de mais-trabalho pelo capital mediante elevação do ritmo ou desgaste físico no mesmo tempo”.

³ Para um aprofundamento do estudo dos mecanismos de apropriação do valor, ver (CARCANHOLO e AMARAL, 2012).

importante de toda a sua análise. A superexploração é a forma como as economias dependentes reagem à sua inserção desfavorável no mercado internacional. Ela consiste, essencialmente, na violação do valor da força de trabalho, e pode se dar pelo prolongamento da jornada de trabalho, pelo aumento da intensidade do trabalho e pelo pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor.

Marini apresenta a superexploração da força de trabalho em *Dialética da dependência* como a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor. Essa descrição, embora correta, ainda não alcança todos os seus determinantes, em pleno acordo com o caráter introdutório que Marini aufere a seu ensaio seminal. Em desenvolvimentos posteriores, autores filiados à TMD a expuseram como a “violação do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador mediante a usurpação de parcela da primeira parte da jornada de trabalho, aquela destinada à reprodução da força de trabalho” (FERREIRA, 2018, p. 75 e 76; LUCE, 2018)⁴.

Com a superexploração da força de trabalho, a economia dependente engendra seu ciclo do capital específico no período de sua inserção no mercado mundial, que consiste em dois momentos básicos: (1) Na esfera da circulação, a realização do capital não depende (como ocorre nas economias industriais) de um aumento do consumo dos trabalhadores, pois está orientada não para o mercado interno, mas para a demanda do mercado internacional; (2) Na esfera da produção, como a trajetória completa do ciclo de acumulação do capital na periferia independe do consumo interno, a superexploração se sustenta, de modo que os capitalistas remuneram a força de trabalho abaixo de seu valor, violando o fundo de consumo e o fundo de vida dos trabalhadores, sem que

⁴ O fundo de consumo dos trabalhadores faz referência ao montante do trabalho pago aos trabalhadores destinado à reprodução cotidiana da sua força de trabalho. Sua relação mais imediata se dá com o valor diário da força de trabalho (o valor necessário ao trabalhador para sua reprodução diária) – tanto em condições normais como naquelas de sua violação. O fundo de vida está relacionado com o total de anos de vida dos trabalhadores, cuja relação mais direta é com o valor total da força de trabalho. O pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor diário viola o fundo de consumo dos trabalhadores, transformando-o em fundo de acumulação do capital, mas também pode violar seu fundo de vida ao afetar sua corporeidade viva a ponto de reduzir seu tempo de vida. O aumento da jornada de trabalho e da intensidade do trabalho a partir do ponto em que o desgaste da força de trabalho reduz os anos futuros do trabalhador é uma violação do seu fundo de vida. Em ambos os casos, a força de trabalho tem o seu valor - diário e/ou total – violado. Trata-se de uma exploração redobrada do trabalho: além do trabalho não-pago ou mais trabalho sob a forma de mais-valor que caracteriza a produção capitalista em geral, parte da parcela da jornada de trabalho destinada à reprodução da força de trabalho é usurpada pelo capital (LUCE, 2018, pp. 158 a 173).

isso prejudique radicalmente a sua própria realização.

A “acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador” (MARINI, 2011a, p. 164) é o que condiciona a forma da industrialização da América Latina, ou seja, é o que abre passagem à manifestação plena da forma particular como as tendências e contratendências da acumulação capitalista se manifestam na região.

A conformação de um mercado interno comprador de bens manufaturados representado pela demanda das classes não-produtoras ainda no período exportador, satisfeito inicialmente pelas importações, levaria à internalização de uma estrutura produtiva destinada a atendê-lo no período subsequente, quando do aumento da exportação de capitais industriais sob uma nova divisão internacional do trabalho. O que seria de se esperar, se se tivesse como base a industrialização nas economias “avançadas”, é que a concorrência e a necessidade de realização das mercadorias levaria os capitalistas a buscarem seu barateamento por meio do aumento da produtividade, ampliando o acesso aos trabalhadores a bens industriais. Nas economias dependentes, no entanto, a acumulação baseada na superexploração, a qual implica em um forte rebaixamento dos salários, engendra contradições que obstaculizam esse processo. A ampliação lenta e gradual do mercado interno ocorre, dessa forma, com o incremento do consumo das camadas médias, para as quais a produção passa também a se voltar. Entretanto, como os ganhos dessas camadas são derivados em grande parte do mais-valor não acumulado, seu incremento depende justamente de um aumento da produção de mais-valor, o que é conseguido por meio de uma intensificação da superexploração. A dissociação entre produção e circulação da economia exportadora determina, dessa maneira, uma nova cisão baseada na separação entre a esfera alta de circulação - o consumo das classes não produtoras e camadas médias – e a esfera baixa de circulação – o consumo dos trabalhadores – de maneira mais agudizada que nas economias centrais.

Marini procura demonstrar como a aproximação entre essas duas esferas fica obstruída com a recorrência ao capital estrangeiro para seguir fomentando o setor industrial. O autor pontua como nesse processo a

transferência de tecnologia é orientada não internamente, mas pela dinâmica de acumulação mundial. A introdução de novas técnicas e tecnologias de produção poupadoras de força de trabalho ampliam o já extenso exército industrial de reserva e elevam a heterogeneidade tecnológica entre setores associados ao capital estrangeiro, de maior composição orgânica do capital, e aqueles atrasados. Opera-se, então, no interior da economia dependente, transferências de valor fundamentadas nos diferenciais de produtividade intersetoriais compensadas com o aumento da taxa de mais-valor (idem, 1979). Essa elevação do mais-valor não acumulado mediante a superexploração é a responsável pelo aumento da demanda por bens de consumo que, no caso das economias dependentes, a muito custo são incorporados à cesta de consumo dos trabalhadores, se é que em algum momento o fazem. O avanço tecnológico se volta ao consumo das classes médias e da burguesia – o qual cresce por meio do aumento do mais-valor e da intervenção do Estado – e às exportações, e se conjuga, dessa forma, com a superexploração do trabalho.

2.3 A reprodução da dependência e a superação do capitalismo

Como acreditamos ter sido possível demonstrar, a interpretação da dependência de Marini supõe, ao longo da história, a sua reprodução contínua sob novas bases. Consolidada na inserção da América Latina no mercado mundial, ela se reproduz internamente com a industrialização e ainda com o advento do capital estrangeiro como promotor desta última. Nas palavras do autor, “a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, 2005, p. 135). Por outro lado, a dependência – e, conseqüentemente, a superexploração – não constituem “acidentes históricos”, mas são formas particulares de manifestação da lei capitalista de acumulação, que não podem ser solucionadas com a mera ampliação da capacidade produtiva do trabalho. Sua leitura leva à conclusão de que a superação da dependência se confunde necessariamente com a superação do modo capitalista de produção. Este engendra o aumento da exploração do trabalhador tanto pelo aumento do mais-valor absoluto

quanto do relativo e faz da superexploração da força de trabalho nas economias dependentes uma lei tendencial, de maneira que suas contradições não permitem outra alternativa. A reprodução do capitalismo desenvolvido também depende da superexploração nos países periféricos de tal sorte que não há possibilidade de se ter o mesmo nível de desenvolvimento para todos os países, o que implica na necessidade de superação desse modo de produção que, partindo da condição periférica, atesta as suas limitações a nível mundial.

3. Celso Furtado: dependência, subdesenvolvimento e modernização

Como um dos principais expoentes do pensamento estruturalista da Cepal, Celso Furtado não é costumeiramente classificado como um autor dependentista. Entretanto, é nítido na evolução de sua obra a presença cada vez mais forte de uma perspectiva que coloca a dependência. Nesse percurso, a originalidade do seu pensamento sobre o subdesenvolvimento do Brasil e da América Latina passa a contar com novos elementos, que a aprimoram ainda mais e a adequam às reflexões contemporâneas sobre dependência.

3.1 Influências teóricas e o método histórico-indutivo

Conhecido, entre outras obras, pelo clássico *Formação Econômica do Brasil* (2007), não se trata de novidade o reconhecimento da hábil utilização da história, por Celso Furtado, para a apreensão dos fenômenos econômicos determinantes da realidade. Furtado apresenta em suas obras uma perspectiva “histórico-indutiva”, no sentido de que busca identificar na realidade histórica os principais fatos e dados com os quais podem-se fazer inteligíveis as estruturas e processos econômicos (BRESSER-PEREIRA, 2004).

A opção de Furtado pelo método histórico-indutivo se destaca diante da predominância, mesmo que provavelmente com maior equilíbrio em sua época, do enfoque lógico-dedutivo utilizado pelas perspectivas neoclássicas da economia. Em um ensaio em que trata particularmente da questão metodológica na ciência econômica, Furtado procura posicionar esta enquanto ciência social, rebatendo a metodologia da economia como ciência exata, que busca isolar os fenômenos do seu contexto e persegue a verificação e a previsão a partir da aplicação da análise matemática. Furtado explica que esse

procedimento é inviável na economia pois, ao contrário do objeto de estudo das ciências naturais, que é “de natureza que permanece idêntica a si mesma e é totalmente exterior ao homem” (FURTADO, 1974, p. 111),

toda decisão econômica é parte de um conjunto de decisões com importantes projeções no tempo. Essas decisões encontram sua coerência num *projeto* que introduz um sentido unificador na ação do agente. Isolar uma decisão do conjunto dotado de sentido, que é o *projeto* do agente, considerá-la fora do tempo e em seguida adicioná-la a decisões pertencentes a outros projetos, como se se tratasse de elementos homogêneos, é algo fundamentalmente distinto do que em ciência natural se considera como legítima aplicação do método analítico

(Idem, pp. 112 e 113)

O método histórico-indutivo é aqui justificado e incrementado, portanto, com a percepção da necessidade de uma análise em que se observem os fenômenos a partir da orientação que adquirem em conjunto com outros aspectos da realidade. Conceitos apresentados pelo autor como o de “modernização”, por exemplo, são próprios de um esforço analítico que procura entender como uma série de práticas e processos se articulam em um sentido comum, os quais só dessa maneira podem ser apreendidos em todo seu significado.

O pensamento de Furtado decorre de uma trajetória intelectual em que o próprio identifica três grandes matrizes teóricas que o influenciaram: o positivismo, o marxismo e a sociologia culturalista norte-americana (FURTADO, 2014). Do primeiro, ele advoga a noção da ciência e da razão como método para alcançar o progresso e de intervenção para a resolução dos problemas sociais, a partir da qual é possível intuir a origem da relevância que tem o planejamento econômico em seu pensamento. Furtado nunca negou essa influência, mas tentou mitigar a ideia positivista fetichizante de um planejamento demiúrgico, “capaz de colocar a história sob trilhos retos da razão” (PAULA e ALBUQUERQUE, 2020, p. 9), com o recurso a dialética hegeliana e ao pensamento de Marx.

Do marxismo, decorre a compreensão da possibilidade da busca de um sentido para a história – tão relevante a seu pensamento profundamente historicizado. Embora Furtado considere baixa a relevância da teoria econômica

de Marx para seus estudos, retém neles as noções marxistas da importância decisiva do progresso tecnológico e da incessante necessidade de reprodução ampliada do capital. Sobre a questão do sentido da história em particular, cabe mencionar o diálogo de Furtado com a teoria da mudança social. Furtado reconhece a importância da dialética marxista para o estudo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Contudo, rejeita a ideia da mudança social como dotada *a priori* de uma “direcionalidade”, podendo fatores políticos, econômicos e sociais singulares desempenharem um papel condicionante ou condicionado a depender das circunstâncias. Rezende (2004) entende que essa compreensão aproxima o autor da visão de Max Weber sobre a mudança social. Por fim, da sociologia culturalista norte-americana, o economista paraibano acolhe os aportes da teoria antropológica da cultura, que lhe revelaram “a dimensão cultural do processo histórico” (FURTADO *apud* PAULA E ALBUQUERQUE, 2020, p. 14). Essa dimensão tem centralidade na teoria do subdesenvolvimento e da dependência do autor, dando o tom do caráter interdisciplinar em sua obra.

Cabe ainda sublinhar a importância do pensamento keynesiano na obra de Furtado. Embora com poucas referências explícitas a Keynes em suas produções, Furtado é reconhecido também por essa referência. Nesse sentido se destaca, sobretudo, a Formação *Econômica do Brasil* pela aplicação da abordagem macroeconômica keynesiana à historiografia econômica (CARVALHO, 2008).

3.2 Subdesenvolvimento, modernização e dependência

A perspectiva da dependência em Furtado apresenta uma inovação teórica marcante: a dependência é aqui entendida especialmente como situação produzida a partir de um *padrão sociocultural*, que engendra a lógica do processo produtivo nas economias periféricas. Certamente, sua dinâmica alimenta processos de dependência tecnológica, financeira, e outros, mas seu núcleo fundamental está no comportamento cultural das elites das economias dependentes.

Para o subdesenvolvimento dos países periféricos, em Furtado,

contribui de forma indispensável a assimetria de capacidade de introdução e difusão do progresso técnico engendrada pela desigualdade entre centro e periferia. Sampaio Jr. descreve a perspectiva do autor:

A discrepância na capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e na capacidade de socializar o excedente entre salário e lucro faz com que o estilo de vida que prevalece nas economias centrais não possa ser generalizado para o conjunto da população das economias periféricas. O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a apropriação do excedente impõem a cópia do estilo de vida dos países centrais

(SAMPAIO Jr., 1997, p. 195)

No entanto, a tentativa de “cópia do estilo de vida dos países centrais” pelas elites locais apresenta uma contradição fundamental. Na medida em que, nos países subdesenvolvidos, seu grau de acumulação de capital é inferior ao dos países centrais, e segue a tendência a ficar cada vez mais distante destes com a aceleração do progresso técnico no centro, a perseguição de um padrão de consumo “mimetizado”, que não tem correspondência no desenvolvimento das forças produtivas locais, necessita, para ser satisfeita, da concentração progressiva do excedente nas mãos das elites dominantes. Isso se faz com a expansão das exportações ou com o aumento da taxa de exploração, ou seja, com a concentração de renda nos países periféricos. Ao “processo de adoção de padrões de consumo sofisticados[...] sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos”(FURTADO, 1974, p. 81), Furtado dá o nome de *modernização*. À “situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior” (idem, p. 84), ou seja, ao conjunto dos fenômenos engendrados a partir e por meio do padrão de consumo modernizado, Furtado denomina *dependência*. Esta situação é engendrada desde o momento do advento da divisão internacional do trabalho, na fase de economia exportadora dos países periféricos. Entretanto, sua plena manifestação ocorre com o processo de substituição de importações. Neste momento histórico, a estrutura de demanda criada com a modernização e a concentração de renda se transmuta para a esfera interna de produção: importam-se tecnologias e processos produtivos do centro, especializados na

produção de bens sofisticados (oriundos do nível de acumulação de capital do centro) para o espaço interno dos países periféricos. “Dessa orientação do progresso técnico e da falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado” na estrutura subdesenvolvida resulta a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital que não são compatíveis com a geração de escassez relativa do trabalho, abrindo as portas para que os salários reais “se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho” (idem, 1974, p. 82).

Formada a partir dos padrões de comportamento e consumo das elites modernizadas, a dependência orienta, dessa forma, todo o processo de acumulação que se desenvolve nos países periféricos em geral, e na América Latina em particular. Com a fase de transnacionalização do capitalismo, a perda do controle pelos países periféricos de seus “centros internos de decisão” , a desarticulação da posição do mercado interno como centro dinâmico da economia e a “intensificação do processo de difusão de valores do centro capitalista” (SAMPAIO Jr., 1999, p. 227) exacerbam e intensificam os desdobramentos da dependência e do subdesenvolvimento no conjunto dos sistemas econômicos nacionais, levando a uma consolidação ainda maior dessa situação histórica.

3.3 Conformação histórica da dependência

Esquemáticamente, Furtado explica a conformação histórica da dependência da seguinte maneira: com a formação do capitalismo industrial e da divisão internacional do trabalho, estabelecem-se as relações centro-periferia, nas quais a especialização na produção manufaturada pelos países centrais, fomentada com o progresso técnico e a colocação de novos produtos no mercado, tem como contrapartida a especialização da periferia em produtos primários, cuja produtividade é elevada não com o desenvolvimento das forças produtivas, mas “pela simples realocação de recursos visando a obter vantagens comparativas estáticas no comércio internacional” (FURTADO, 1974, p. 78). Diante desta situação de evidente desigualdade, alinham-se dois

aspectos históricos: por um lado, a matriz institucional (estrutura da propriedade da terra, contingente populacional, etc.) dos países periféricos determina suas relações internas de produção e dessa, maneira, define as formas de apropriação do excedente gerado pelo comércio exterior; por outro, a forma de utilização do excedente reflete o processo de dominação cultural dos países centrais. Em outras palavras, o excedente gerado pelo comércio exterior irá dar acesso às elites locais a padrões de consumo diversificados, bens produzidos a partir do progresso técnico nos países industriais. Para tanto, ampliam a taxa de exploração do trabalho, que precisa então crescer à medida que as disparidades tecnológicas entre centro e periferia vão se aguçando e fomentando novas formas de consumo mimetizadas pelas elites locais. Cria-se, assim, o “embrião” da relação entre dependência e subdesenvolvimento, baseado (1) no baixo desenvolvimento das forças produtivas e do nível de acumulação interna e (2) na mimetização dos padrões de consumo do centro pelas elites locais de forma independente do nível dessa acumulação.

São estas condições que orientam o processo de industrialização das economias periféricas. Com ela, sabe-se que o “eixo de acumulação” se desloca para o mercado interno. Entretanto, este último é um mercado fortemente concentrado, de modo que o setor industrial se instala para abastecer a demanda diversificada destas mesmas elites dominantes, e seu dinamismo passa então a depender da capacidade de consumo desses grupos. Assim, passam a depender também do aumento da taxa de exploração e da elevação das desigualdades sociais. Consolida-se, dessa maneira, o mecanismo pelo qual o crescimento econômico se traduz em elevação das desigualdades.

Furtado, então, faz referência à crescente internacionalização da economia. O progressivo aumento do custo da tecnologia e a aceleração do progresso técnico facilita a penetração de grandes empresas internacionais, estabelecendo sucursais nas economias periféricas e ampliando os laços de dependência. Por sua vez, diante das dificuldades que passam a apresentar com os custos crescentes em moeda estrangeira, os países periféricos promovem por meio do aumento da taxa de exploração a “exportação de mão de obra barata sob o disfarce de produtos manufaturados” (FURTADO, 1974, p.

94), ou seja, a entrada de investimentos estrangeiros que buscam por meio da utilização de força de trabalho barata dos países dependentes baixar os custos de produção dos seus produtos comercializados mundialmente.

3.4 Os caminhos tortuosos do desenvolvimento nacional

A fase de transnacionalização da economia, último dos períodos analisados por Furtado, coloca grandes dificuldades à superação do subdesenvolvimento e da dependência. Neste período, o Estado se torna cada vez mais débil para controlar as forças do mercado, progressivamente orientadas do exterior, a correlação de forças do trabalho frente ao capital é enfraquecida e cresce a distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (SAMPAIO JR., 1997, p. 228). Por outro lado, as limitadas saídas para os países dependentes, diante da ausência de controle do progresso técnico desde os momentos iniciais da substituição de importações, limitaram-se a procurar “mudar a qualidade de suas 'necessidades sociais'”, por meio de rupturas socioculturais, escolher entre introduzir tecnologias de última geração ou mais atrasadas, modificar sua participação no sistema capitalista mundial e/ou alterar parâmetros sociais e institucionais que propiciem mudanças no mundo do trabalho (SAMPAIO JR., p. 204). Contudo essas alternativas se veem ainda mais restritas com a perda de autonomia decisória observada no período de transnacionalização.

Observam-se portanto dificuldades crescentes de ação e superação. Entretanto, ao contrário de Ruy Mauro Marini e dos demais expoentes da TMD, Furtado nunca se propôs a extrapolar os limites do capitalismo em suas proposições políticas e teóricas. Esse “otimismo” é o que faz com que Sampaio Jr. critique o modo do autor de “pensar a autonomia relativa dos centros internos de decisão” que o levaria a “ignorar que o raio de manobra da política econômica é prisioneiro da correlação de forças que sustenta o Estado”, “subestimar a força dos grupos econômicos e sociais umbilicalmente comprometidos com o subdesenvolvimento”, e, como consequência, “superestimar as potencialidades reformistas das elites dirigentes e o papel da tecnocracia no desenvolvimento nacional” (SAMPAIO J., 1999, p. 231).

4. Marini e Furtado: breves comparações

Nesta seção, são comparados alguns aspectos que se destacam nas interpretações da dependência dos dois autores tratados neste capítulo. Tal qual foi feito nas abordagens em separado de cada um deles, a sessão é dividida em uma série de tópicos. No primeiro, procura-se comparar os principais aspectos metodológicos das interpretações. No segundo, as diferentes concepções e aspectos principais que atribuem à dependência. No terceiro, a dinâmica da dependência e sua abordagem histórica. Por fim, na quarta e última, os principais desdobramentos políticos e econômicos que supõem em consonância com seus pressupostos teóricos e históricos. Logo abaixo, é apresentado um quadro (Quadro 1) com os principais aspectos discutidos nas sessões anteriores, no intuito de facilitar a análise comparativa.

Quadro 1 - Quadro comparativo dos autores Ruy Mauro Marini e Celso Furtado

	Ruy Mauro Marini	Celso Furtado
Referencial teórico-metodológico	Mediação entre as leis da acumulação capitalista, as relações estabelecidas pelo imperialismo e os determinantes histórico-concretos das formações dependentes	Análise indutiva das estruturas socioeconômicas e políticas formadas historicamente, tributária do keynesianismo e de um conjunto heterogêneo de inspirações teóricas
Caracterização da dependência	Contradição histórica fundada na divisão internacional do trabalho no século XIX, e reproduzida sobre novas bases com a manutenção da superexploração do trabalho enquanto consequência direta dessa relação	Situação criada a partir de padrão sociocultural modernizado de consumo das elites locais e da matriz institucional produtora de desigualdades, que engendram, com a insuficiência na acumulação de capital da economia dependente, a formação da estrutura subdesenvolvida
Dinâmica da dependência	Cisão do ciclo do capital em mercado externo e mercado interno e entre esfera alta e baixa de circulação, determinadas fundamentalmente pela	Formação de uma minoria modernizada a partir da dominação cultural e do comércio internacional, industrialização para

	superexploração da força de trabalho	minoria e aprofundamento da dependência com internacionalização
Desdobramentos da dependência	Dependência se retroalimenta; rompimento é radical, contra o próprio modo de produção capitalista	Inviabilidade de superação do subdesenvolvimento pela via dependente. Necessário fortalecer os “centros internos de decisão”. Autonomia com desenvolvimento capitalista nacional

Fonte: elaboração própria

4.1 O referencial teórico-metodológico

Em uma análise comparativa dos referenciais teórico-metodológicos adotados pelos autores, destaca-se aqui três aspectos: a) o referencial teórico sob o qual desenvolvem as análises sobre as particularidades do capitalismo latino-americano; b) o método de investigação e exposição que utilizam para captar o fenômeno do subdesenvolvimento e da dependência e seus principais desdobramentos ; e c) o intuito que suas investigações apresentam em identificar regularidades específicas características da dependência, que a definam enquanto um fenômeno que se reproduz mantendo seus elementos fundamentais apesar das mudanças históricas.

Quanto ao referencial teórico, as diferenças entre os autores são marcantes. A interpretação desenvolvida por Marini – inscrita dentre as formulações clássicas da TMD – tem como matrizes teóricas a teoria marxista do valor, cuja obra seminal e mais importante é *O Capital*, do próprio Marx, e a teoria do imperialismo, sobretudo as formulações clássicas de Lenin (LUCE, 2018). Marini detém da teoria do valor as tendências elementares que regem a dinâmica geral da acumulação capitalista, buscando captar as particularidades e as contradições de sua incidência no capitalismo periférico. Quanto à teoria do imperialismo, há como derivações em sua obra, de maneira mais geral, a interpretação da dependência como a outra face do imperialismo do ponto de vista das formações econômico-sociais sujeitas a ele, contribuindo por essa via para a continuidade da reflexão sobre o mesmo⁵. Furtado, conforme vimos,

⁵ Outra referência importante é a formulação original do subimperialismo – baseada na acepção leninista de imperialismo – que não foi apresentada em maiores detalhes no presente texto

referência-se teoricamente por um conjunto de aproximações heterogêneo, de inspiração filosófica por vezes bastante diversa – como no caso do positivismo, marxismo e keynesianismo – e pertencente a diversos campos do conhecimento – tal qual a economia *strictu senso*, a antropologia e a história.

Quanto ao método de investigação e exposição, tem-se, na leitura sobre o subdesenvolvimento em Marini, o método dialético, no qual são observadas as manifestações dos fenômenos na realidade empírica e imediata (concreto sensorial), a partir das quais se reproduzem idealmente categorias mais abstratas para então retornar à realidade concreta por novas sínteses e pela descoberta de novas determinações (MARX, 2011). Enquanto uma perspectiva marxista, ela parte de fenômenos particulares relacionados à inserção histórica da AL no mercado mundial, contrapõe os mesmos com as categorias gerais desenvolvidas por Marx e por outros autores marxistas – exploração do trabalho, mais-valor relativo e absoluto, tendência à queda da taxa de lucro, imperialismo – e das conexões estabelecidas entre elas que garantem o nexo da interpretação marxista do capitalismo, para voltar à realidade histórica e empírica de maneira a encontrar seu nexo e sentido particulares, os quais, ainda que sejam novas manifestações daqueles para as quais as categorias foram inicialmente formuladas, confirmam a validade que possuem na perspectiva teórica original. É assim que Marini formula o conceito de superexploração da força de trabalho a partir das categorias de exploração e mais-valor e estabelece interpretações em relação aos efeitos da tendência à queda da taxa de lucro e das conexões entre as esferas da circulação e da produção nas economias avançadas e dependentes, por exemplo. Como ressaltamos, Marini entende essa abordagem como um marxismo “ortodoxo” e “não-dogmático”.

A perspectiva histórico-indutiva é a opção metodológica de Furtado. Este autor, ainda que evidentemente precise se utilizar da noção de dependência como um fenômeno originado das relações entre o centro e a periferia do mercado mundial, procura defini-la concretamente com a observação histórica da forma de articulação dos grupos e comportamentos sociais com o sistema econômico, partindo da realidade empírica para

conceitos mais gerais. Furtado investiga como a matriz institucional prévia das economias periféricas e a relação de dominação cultural engendra um tipo específico de processo produtivo e acumulação capitalista e leva dessa maneira ao subdesenvolvimento e à situação de dependência.

Por outro lado, um importante aspecto nos quais as metodologias dessas perspectivas apresentam semelhanças é na pretensão que possuem em estabelecer um padrão de dependência de caráter estrutural. Nesse quesito, Marini e Furtado coincidem em definir a dependência como uma situação com aspectos delimitados e desdobramentos previsíveis, ainda que sua forma de manifestação possa mudar ao longo do tempo. Para Marini, uma contradição historicamente fundada na troca desigual do mercado mundial que se compensa com o aumento da exploração dos trabalhadores. Para Furtado, uma situação criada com a modernização do padrão de consumo das elites locais, que condiciona o processo produtivo das economias periféricas⁶.

4.2- A caracterização: produtividade e aumento da exploração

Em um nível conceitual, a caracterização da dependência de Marini e Furtado apresenta semelhanças que levarão, em ambos os casos, a enxergá-la como fenômeno reproduzido com as transformações nas forças de produção e como um fenômeno alimentado pelo aumento da exploração, inclusive com o aumento da produtividade do trabalho.

Na interpretação de Marini, como vimos, a situação de dependência engendrada no mercado mundial no período exportador implica diretamente na superexploração de trabalho como forma de compensação pelos capitalistas das economias dependentes. Com a substituição de importações, a “esfera da circulação”, antes concentrada na demanda por importações pelas classes não-produtoras, se transfere para o mercado interno mas não é interligada com a esfera da produção: a produção capitalista fundada na superexploração é

⁶ Esse aspecto diferencia essas interpretações de outras abordagens dependentistas rivais, que definem a dependência sem pressupor um conjunto de práticas ou fenômenos que a caracterizem de forma específica e exclusiva. Um exemplo disso é a abordagem do “desenvolvimento dependente e associado” de Cardoso e Falleto (1981) Para estes autores, a dependência é, de forma geral, entendida como a falta de autonomia dos grupos dominantes das nações periféricas em relação aos ditames do mercado e da economia mundial. Entretanto, esta definição não pressupõe qualquer conjunto de práticas ou fenômenos específicos e recorrentes através dos períodos históricos. Ela se manifestou historicamente por meio de diferentes arranjos político-sociais e, com a internacionalização do mercado, passa a apresentar um novo caráter inclusive conciliável com o desenvolvimento capitalista.

orientada para as classes dominantes e por isso mesmo não necessita, num momento inicial, baratear suas mercadorias por meio da produtividade para atingir novos mercados. No entanto, a certo momento esta demanda se torna saturada e os capitalistas locais passam então a investir em produtividade e alcançar as camadas médias de consumo. Mas chega-se a um novo impasse: a renda das camadas médias, oriunda do mais-valor, precisa da superexploração para ter acesso aos produtos manufaturados. Assim, o aumento da produtividade não só não resolve o problema da superexploração, como precisa dela para a realização do capital e a amplia na medida em que pressiona para cima o contingente da força de trabalho integrante do exército industrial de reserva. Esta contradição não é formalmente impossível de ser resolvida, mas Marini pontua que o recurso à tecnologia estrangeira (com a transnacionalização do capital) ao elevar a intensificação do trabalho sem incidir na produção dos itens de consumo dos trabalhadores e ampliar e reduzir o contingente da população produtiva, coloca o mesmo problema sob novo patamar.

Celso Furtado chega a conclusões surpreendentemente similares às de Marini partindo de uma outra perspectiva. Assim como em Marini, o padrão de consumo mimetizado das elites locais (que neste caso é o próprio núcleo da dependência) leva a um processo de industrialização orientado para o consumo da minoria abastada. Aqui, no entanto, a análise não está centrada na ausência de um mecanismo de ampliação do consumo dos trabalhadores por meio do aumento da produtividade, como em Marini, mas na importação de processos produtivos que não geram escassez relativa de trabalho devido baixo nível de acumulação característico das economias dependentes.

No caso de Furtado, pode-se inferir que ao menos entre os postos de trabalho de mais alta produtividade da economia (os segmentos internacionalizados) o alto nível de exploração do trabalho não é um aspecto recorrente. Os efeitos nefastos da incorporação de novos processos produtivos encontram-se justamente nos segmentos que não são capazes de fazê-lo, de maneira que, também nesse caso, pela acumulação insuficiente das economias dependentes, a incorporação de novas técnicas – e o aumento da

produtividade do trabalho – concilia-se perfeitamente com o aumento da taxa de exploração na economia como um todo.

4.3 Dependência no campo econômico e “cultural-econômico”

Tanto em Marini como em Furtado, a condição de dependência se inicia ou se consolida com o advento da grande indústria e das independências latino-americanas, no século XIX. Ainda que haja importantes processos históricos da época colonial que condicionam a forma como a dependência se manifesta, os autores reconhecem esse período como inaugural dessa relação, seja porque é o momento em que a AL se insere no mercado mundial sem as antigas restrições do período colonial ou porque é nesse período em que se consolida a divisão internacional do trabalho e a relação entre o centro industrial e a periferia primário-exportadora.

Destacam-se também os diferentes enfoques históricos e conceituais utilizados pelos autores. Ruy Mauro Marini, na “Dialética da dependência”, aborda a história dentro de uma perspectiva das relações de produção e circulação de mercadorias. Traz à luz as categorias marxistas para a análise da inserção latino-americana no mercado mundial, do período de substituição de importações e do processo de introdução de tecnologias estrangeiras. Centra-se, portanto, no estudo das forças de produção e das trocas materiais que envolveram a AL com o resto do mundo e internamente. Furtado, pode-se dizer, apresenta uma perspectiva “interdisciplinar”. Estabelece um enfoque que parte de aspectos socioculturais e econômicos – a modernização dos padrões de consumo e as bases institucionais das sociedades latino-americanas – para tratar de como estes se desdobram em situações de subdesenvolvimento e de dependência.

4.4 Socialismo e “desenvolvimento capitalista nacional”

Expomos como as diferenças de interpretação levam a diversas perspectivas sobre as limitações do desenvolvimento dependente e mesmo do desenvolvimento sobre bases capitalistas. As conclusões são divergentes nesse quesito: Celso Furtado se alinha à proposta de um desenvolvimento capitalista de bases nacionais, e Marini postula a necessidade de superação do capitalismo

como alternativa de superação do subdesenvolvimento.

A perspectiva de “desenvolvimento nacional” de Furtado baseia-se, sobretudo, na visão do autor em relação à “relativa autonomia” do Estado frente à situação de subdesenvolvimento e dependência. Como foi colocado, o autor não nega o aprofundamento da dependência com a transnacionalização capitalista, muito menos aceita a crença em uma possibilidade de desenvolvimento dependente. Nesse sentido, apenas uma mudança importante nos rumos da política pública e das transformações institucionais e sociais poderia garantir a libertação dessa condição. Ainda assim, não faz o questionamento sobre a viabilidade capitalista do desenvolvimento.

A perspectiva de Marini, por sua vez, diz respeito a sua posição política e intelectual enquanto marxista de maneira geral, mas não se resume a isso. Por um lado, Marini, como marxista, não acredita na resolução das contradições do modo de produção capitalista. Nem nas economias centrais, nem nas periféricas. Isso fica claro quando, em “Sobre a dialética da dependência”, o autor trata da acumulação capitalista baseada na produção de mais-valor relativo, tal qual ocorre nos países centrais, ressaltando sua tendência ao aumento da intensificação do trabalho como contrapartida à diminuição da jornada de trabalho. Por outro lado, entretanto, a perspectiva teórica sobre o modo de produção capitalista em geral desdobra-se em sua leitura específica sobre as economias dependentes. Nesse caso, a condição de dependência não é tratada como um “acaso histórico” ou um processo remediável no passado (e no presente) caso algumas condições fossem outras. Trata-se de um aspecto indissociável do funcionamento concreto da “lei de acumulação capitalista”. A superexploração da força de trabalho, assim, não se resolve a partir da elevação da capacidade produtiva do trabalho ou mesmo com a implementação de políticas reformistas. Ela é uma manifestação da maneira como a dinâmica de acumulação própria do capital se manifesta na economia dependente.

5. Comentários finais

A discussão sobre o subdesenvolvimento pela chave da dependência vem novamente ganhando corpo nas últimas décadas em espaços acadêmicos

e políticos. Neste artigo, procurou-se contribuir com esse movimento, expondo duas leituras diversas desse enfoque teórico e procurando ressaltar suas particularidades e sua originalidade no tratamento da problemática. Lamentavelmente, a chaga da pobreza, da exclusão e da violência produzidas pelo capitalismo dependente ainda se perpetuam no nosso continente, de modo que as categorias e noções aqui apresentadas, como o de “superexploração da força de trabalho” e o de “modernização”, ainda se fazem extremamente fiéis à realidade, e portanto úteis em seu desvendamento. Ademais, tempos após a publicação das obras aqui tratadas, a América Latina vem passando por mudanças econômicas, políticas e sociais de grande escala que parecem confirmar uma série das teses nesse artigo descritas, algo que deve se confirmar através da retomada da investigação com base nessas categorias. Esta é uma tarefa urgente diante dos desafios políticos e intelectuais que, especialmente no momento presente, se apresentam na nossa região.

Referências Bibliográficas:

- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Método y pasión en Celso Furtado. **Revista de la Cepal**, 2004.
- CARCANHOLO, M.; AMARAL, M. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CARDOSO, F. H. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CARVALHO, F. D. Keynes e o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, Dezembro 2008. 569-574.
- FERREIRA, C. Sobretrabalho em Marx, expropriação e superexploração no capitalismo dependente. In: GRANEMANN, S. **Teoria social, formação social e serviço social: pesquisas marxistas em debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. p. 264.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2007.
- FURTADO, C. **Obra autobiográfica. Edição definitiva**. São Paulo: Companhia das

Letras, 2014.

LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo: o porqué me ufano de mí burguesía, 1978. Disponível em: <www.marini-escritos.unam.mx>.

MARINI, R. M. Plusvalia extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, México, 1979.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, R. M. Memória. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 66.

MARINI, R. M. Sobre a Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** [S.l.]: [s.n.], 2011.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2015.

PAULA, J. A. D.; ALBUQUERQUE, E. A formação do pensamento de Celso Furtado: o imperativo tecnológico e as metamorfoses do capitalismo. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, 2020.

REZENDE, M. As contribuições de Celso Furtado para a teoria da mudança social no Brasil. **Plural**, São Paulo, 2004.

SAMPAIO JR., P. D. A. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado.** Petrópolis: Vozes, 1999.